

## Um grito de alerta.

Na noite do dia 22.03.17 a Câmara Federal aprovou com 231 votos a favor e 188 contra o Projeto de Lei 4302/98, que versa sobre a Terceirização em todas as atividades das empresas. Os deputados dos partidos da base aliada de Temer, PMDB, PSDB e DEM, votaram em peso a favor do texto. PT, PDT, PCdoB, PSOL, Rede e PMB orientaram voto contra a terceirização total.

As entidades de representação dos trabalhadores entende que isso corresponde um retrocesso, uma violência contra os trabalhadores e contra juventude que irá para o mercado de trabalho.

Apesar de termos clareza que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras estão cientes do que propõe o PL 4302, publicamos o que foi aprovado:

- regulamentação da terceirização sem limites, nas esferas públicas e privadas. Apesar de não fazer menção expressa, a matéria não coíbe a terceirização da atividade-fim da empresa. Assim, todas as modalidades de terceirização serão aceitas (artigo 4º-A inserido pelo artigo 2º).

- permissão expressa para que a empresa terceirizada subcontrate (QUARTEIRIZE) outras empresas para "contratar, remunerar e dirigir os trabalhos de seus empregados" (artigo 4º-A inserido pelo artigo 2º).

- permissão também da "pejotização", ou seja, que a pessoa física contrate serviços terceirizados. Diante da "pejotização" muitos empregadores deixarão de contratar diretamente os trabalhadores, assumindo encargos empregatícios, para forçar que se constituam como pessoas jurídicas. O projeto legaliza e amplia a "pejotização" para todos os setores da economia (artigo 4º-A inserido pelo artigo 2º).

- responsabilidade da contratante passa a ser subsidiária e não solidária, significando que o trabalhador somente poderá acionar a empresa tomadora de serviços após executar a empresa terceirizada (artigo 5º-A inserido pelo artigo 2º).

- serviços contratados não precisam mais ser extraordinários, bem como a demanda pode ou não ser previsível. O objeto não seria mais por excesso de serviço, mas por demanda complementar, pode ser previsível ou não, de natureza periódica ou sazonal - serve para qualquer empresa.

- ampliação do prazo do contrato temporário, sem prévio acordo ou convenção coletiva da categoria, que passa de 90 para 180, prorrogável por até 90 dias, podendo ser consecutivo ou não.

- abre um precedente perigoso para permitir que a lei autorize a contratação de trabalho temporário para substituir trabalhadores(as) em greve.

- admite que acordo ou convenção coletiva possa dispor de outros prazos daqueles definidos na lei, ou seja, é a prevalência do negociado sobre o legislado.

Vale lembrar que a maioria parlamentar que aprovou o projeto, compõe um Congresso Nacional, desmoralizado, sem credibilidade, devido ao envolvimento de seus membros em toda a sorte de mazelas e atos de corrupção. Esses parlamentares não consideraram os longos anos de luta dos trabalhadores na conquista desses direitos.

O SINTERGIA, com apoio da AEEL, SINAERJ, SINDECON, SENGE, divulgou o Boletim Linha Viva ([clique aqui](#)), convocando todos os trabalhadores e trabalhadoras das empresas Eletrobras para o embate antes que todos os direitos, nossos, de nossos filhos, netos e afins, sejam usurpados.

### NENHUM DIREITO A MENOS!

**Uma representação forte se faz com associados unidos e mobilizados!**

**UNAM-SE A NÓS NA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS, ASSOCIE-SE: [ficha de inscrição](#)**

A Diretoria, em 24 de março 2017.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL





23 de março

2017

# Até quando vamos ficar imobilizados?

O Brasil que acordou nesta quinta-feira, 23 de março de 2017, retrocedeu décadas para a classe trabalhadora com reflexos ainda inimagináveis para a sociedade brasileira, devido à aprovação pela Câmara de projeto que libera a terceirização indiscriminada e total.

Este “velho Brasil” que convive com o século XXI automatizado parece “encantado” com o **colorido das telas LED das TVs** e o mundo virtual do **Facebook** e do **Whatsapp** sem perceber que paulatinamente direitos conquistados com muita luta e sacrifício pela classe trabalhadora estão sendo “vendidos” por um Congresso retrógrado que atende a interesses de um empresariado viciado em mamar nas tetas do Governo e que se recusa a investir na modernização do seu parque industrial porque é mais fácil fechar uma empresa que se torna deficitária para abrir outra com as isenções fiscais e o apoio governamental a juros baixíssimos.

O texto que foi aprovado ontem acaba com a obrigatoriedade de realização de **concursos públicos** para contratação de trabalhadores (as) para as empresas da **administração indireta**, que não possuem mais razão de existir.

Com mais este golpe, fica claro que a classe trabalhadora tem que se unir e se preparar para outras batalhas como a luta contra as Reformas Trabalhista e da Previdência.

Não dá pra fechar os olhos e não perceber que a FIESP trabalhou intensamente para derrubar o Governo Dilma, porque o usurpador que assumiu se comprometeu a colocar em prática um projeto que retira direitos dos trabalhadores e aumenta o lucros dos empresários.

A prática dos **cabides de empregos** nas assessorias de diretorias em **Furnas, Eletrobras, Eletronuclear e Cepel** aqui no Rio de Janeiro e as outras no restante do Brasil agora está liberada. Mas a farra só começou! Isto, claro, atinge outras empresas como Petrobras.

Enquanto isso, a categoria elétrica permanece parada, como se estivesse abismada com a capacidade do Congresso de criar um mundo ilusório através de truques que são amplificados através da mídia que, por sua vez, é financiada pelas verbas do Governo a quem todos nós, trabalhadores (as), sustentamos através do pagamento de impostos.

Através do Facebook e do Whatsapp os heróis virtuais se multiplicam e arrotam bravatas que não se consolidam porque a única forma possível de reação, que poderá dar visibilidade à nossa indignação é tomar as ruas e forçar essa mídia prostituída a divulgar a verdade dos fatos.

O atual governo brasileiro, juntamente com o Congresso, está traindo os eleitores, o povo brasileiro e a classe trabalhadora, entregando nossas riquezas a preço vil para os grandes conglomerados estrangeiros.

Ou vamos pra rua ou em pouco tempo não teremos mais porque lutar!

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) está convocando GREVE GERAL para o dia 31 de março.

Você vai pra rua ou vai continuar de braços cruzados?

É lutar agora porque daqui a pouco não teremos porque lutar!